

Evolución de los sistemas agrarios y sus desdoblamientos bajo la minifundización: un análisis a partir de la experiencia de la Comunidad del Carpina en el Recôncavo Baiano

Evolução dos sistemas agrários e seus desdobramentos sob a minifundiarização: uma análise a partir da experiência da Comunidade do Carpina no Recôncavo Baiano

DOI:10.34117/bjdv5n6-154

Recebimento dos originais: 21/04/2019

Aceitação para publicação: 08/05/2019

Ramon Alves Malta

Mestrando do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ.

Instituição: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ

Endereço: Rua Paulino José, 28, Zona rural São Benedito, 45440000, Nilo Peçanha - Bahia

E-mail: ramonalvesmalta@gmail.com

Jánderson Santana dos Santos

Mestrando em Geografia pela Universidade Federal da Bahia.

Instituição: Universidade Federal da Bahia.

Endereço: rua engenheiro rubens pires ferreira, bairro federação, 1005, conjunto 18 a apto 04. Salvador - ba

E-mail: santanajanderson749@gmail.com

RESUMO

El problema de la pobreza rural es un fenómeno persistente en varios países de América Latina, en los que el énfasis en el desarrollo territorial está centrado en analizar la pobreza rural y las desigualdades socio espaciales. En el caso de Brasil, el país se destaca por sus enormes índices de concentración de la tenencia de la tierra. Esta investigación fue realizada en Brasil, en la comunidad afrobrasileña de Carpina, localizada en la ciudad de Governador Mangabeira, en el Recôncavo del estado de Bahía, entre los meses de marzo de 2015 y comienzos del 2017. A través de visitas técnicas, se buscó investigar la evolución de los sistemas agrícolas desarrollados y los modelos de producción implementados por los agricultores del territorio y su impacto en los procesos de minifundización y aumento de la pobreza rural. La investigación combina métodos de investigación cualitativos y cuantitativos, fueron utilizadas entrevistas semiestructuradas y encuestas con 18 miembros de la comunidad (4 líderes comunitarios y agricultores) para realizar el análisis del sistema de producción implementado por los agricultores, orientando para ello las preguntas alrededor del desarrollo de los sistemas de producción, sobre la tenencia de la tierra y otros aspectos socioeconómicos. La investigación sobre la evolución de los sistemas agrícolas muestra que el modelo de producción implementado desde 1950 hasta 2015, fundamentalmente orientado a atender las necesidades de la agricultura de exportación, llevó a la dependencia de los agricultores familiares. Estes están subordinados a las empresas de tabaco y del agronegocio

(integración vertical en el sector avícola), ya que ambos actúan como intermediarios e proveedores de agrotóxicos. Todo esto provoca la desterritorialización de los agricultores familiares. Del mismo modo, el estudio constató que el sistema de producción adoptado por los agricultores está en crisis, tanto desde el punto de vista ambiental (agro-ecosistemas) como a partir de un punto de vista social, dado la persistencia de una fuerte concentración en la tenencia de la tierra, la minifundización y formas de territorialización hegemónicas que han impulsado la pobreza rural. Todo esto en un escenario marcado por por la insuficiencia de las políticas públicas estatales, especialmente las de asistencia y extensión rural. Esto se complementa con la ausencia de un conjunto coherente de medidas destinadas a la agricultura familiar, teniendo en cuenta que la superación de esta crisis pasa por la redistribución agraria y por la inversión en políticas públicas adaptadas a la realidad del territorio.

Palabras claves: Pobreza rural, Minifundiarización, Comunidades negras rurales, Recôncavo.

RESUMO

O problema da pobreza rural é um fenômeno que persiste em diversos países da América Latina. Nestes países, o enfoque sobre o desenvolvimento territorial está centralizado na análise da pobreza rural, e nas desigualdades sócio-espaciais. No caso do Brasil, o país se destaca pelos enormes índices de concentração fundiária. A presente investigação realizou-se no Brasil, na comunidade do Carpina, situada na cidade de Governador Mangabeira, no Recôncavo da Bahia, entre os meses de março de 2015 e início de 2017 via visitas técnicas, buscou-se investigar a evolução dos sistemas agrários desenvolvidos e os modelos de produção agrícola implementados pelos agricultores do território e sua influência no aumento da minifundiarização e da pobreza rural, sobretudo a partir da experiência das comunidades negras rurais que ocupam este território. A pesquisa é de natureza quanti-qualitativa. Foram utilizados questionários semiestruturados e outras questões abertas com cerca de 18 interlocutores (agricultores e 4 lideranças da comunidade) a fim de fazer análise do sistema de produção implementado pelos minifundiários, levantar questões inerentes a evolução do sistema agrário, dados sobre a questão fundiária (tamanho, renda das unidades familiares) e outros aspectos sócio-econômicos. A investigação da evolução dos sistemas agrários evidenciou que o modelo de produção agrícola implementado ao longo dos anos 1950 a 2015 para atender a agricultura de exportação, tem provocado a dependência dos agricultores familiares. Estes estão subordinados às empresas fumageiras e agroalimentares (integração vertical do setor de avicultura), pois ambas atuam como atravessadores e fornecedoras de agroquímicos e tem atuado na desterritorialização dos Agricultores Familiares, estimulando a minifundiarização. Desse modo, o estudo apontou que o sistema de produção convencional adotado pelos agricultores sofre de uma crise ambiental (degradação do agroecossistema), e social, diante da persistência da forte concentração fundiária, minifundiarização e formas de territorialização hegemônica que tem potencializado a pobreza rural, num cenário marcado pela ineficácia da ação pública estatal nas políticas de assistência técnica e extensão rural (ausência de uma política fundiária para o segmento da Agricultura Familiar), tendo em vista que a superação dessa crise perpassa pela redistribuição fundiária e investimento em políticas públicas adequadas à realidade do território.

Palavras-chave: Pobreza rural, Minifundiarização, Comunidades negras rurais, Recôncavo.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da ocupação histórica e desenvolvimento socioeconômico, o Recôncavo delineia-se como a região mais antiga, tradicional e organizada dentro do estado baiano. A primeira cultura agrícola em destaque ali implantada foi a da cana-de-açúcar, caracterizando um modelo agroexportador que objetivava apenas atender aos interesses econômicos da colônia portuguesa. Porém houve culturas de subsistência ou acessórias, como a mandioca, feijão e milho, que não eram menos importantes e representavam as fontes primárias de alimentação da população local (Araújo, 2010).

A dinâmica de organização e desenvolvimento do Território do Recôncavo caracteriza-se como “espaço geográfico diretamente associado aos aspectos econômicos, sociais e culturais que evoluíram sob as influências da tradição da economia açucareira e de suas respectivas atividade acessórias (...)” BRITO (2004, p. 45). Ainda segundo Araújo (2010), a produção açucareira destacou-se como a atividade econômica mais expressiva. Para o seu desenvolvimento houve a necessidade da adoção de grandes extensões de áreas plantadas, configurando-se grandes latifúndios que estabeleceram relações de trabalho e poder exploratórias.

A organização do processo produtivo se deu, inicialmente, através de engenhos cujo objetivo era atender às demandas do mercado externo, tendo o seu escoamento via marítima facilitado pela sua posição geográfica estratégica no entorno da baía. Com a decadência da atividade açucareira e a conseqüente falência de engenhos, foram consolidados novos processos e funções em antigas estruturas, encontrando-se ainda laços identitários da população com esse território que permitem visualizar as marcas das relações sociais passadas.

O Território do Recôncavo foi construído historicamente a partir de um modelo agroexportador sustentado com mão de obra de indivíduos escravizados, e foi gerador de amplas desigualdades econômicas, sociais, étnico-raciais e agrárias. Neste território encontra-se a maior parte dos Povos e Comunidades Tradicionais da Bahia, com a maior concentração da população negra do Estado submetida aos mecanismos de manutenção das desigualdades.

Estima-se que mais de 55% do território baiano esteja constituído por terras devolutas. No entanto, o Estado não sabe onde e com quem estão as terras e, portanto, não tem o controle desse patrimônio público (GERMANI, 2010, p. 8). Na Bahia, o Censo Agropecuário de 2006 apresentou um Índice de Gini 0,838, sendo que em 1920 este índice

era 0,734, mostrando um crescimento da desigualdade agrária no Estado. Estes aspectos evidenciam a impossibilidade de dissociar o processo de colonização das terras no Brasil do fenômeno da pobreza rural.

Em 2009, os estudos realizados pela FAO - e FIDA, citados por Sencébé (2015), constataram que um total de 3,1 bilhões de pessoas habitavam no meio rural, quantitativo equivalente a 55% da população mundial. Um aspecto que merece destaque são os índices de pobreza rural no campo, que são superiores aos da cidade. A presente investigação evidencia que cerca de 1 bilhão dos que habitam área rural vivem em condição de pobreza. É no interior desse grupo que residem os sujeitos considerados “muito pobres”, que chegam a totalizar 70% em todo o mundo, apesar de 40% das fontes de trabalho e renda em todo o mundo ser oriunda da agricultura.

O problema da pobreza rural é um fenômeno que persiste em diversos países da América Latina, apresentando inclusive sinais mais críticos do que nas cidades. No caso do Brasil, apesar das mudanças significativas que ocorreram na última década, a pobreza rural, de acordo com Maluf (2013), é um fenômeno que persiste e está diretamente relacionada ao modelo de desenvolvimento adotado. Por meio de mecanismos como a concentração fundiária e o uso intensivo de tecnologias modernas que desempregam a população, as relações precárias de trabalho e a urbanização acelerada esvaziaram o meio rural e intensificaram a pobreza.

A análise da evolução do sistema agrário permite que o desenvolvimento rural seja analisado sob a ótica da sustentabilidade, aqui entendida como o atendimento adequado das condições socioeconômicas e ambientais dos espaços físicos. Assim, o meio ambiente é mais do que um fornecedor de recursos ou um assimilador de resíduos, pois a forma de sua preservação e conservação permite que as atividades produtivas evoluam e se diversifiquem. Nesse sentido, o desenvolvimento sob essa perspectiva possibilita encadear transformações técnicas, ecológicas, econômicas e sociais dos ambientes (Dufumier, 1996). Portanto, compreender o modo de produção capitalista e como seu processo histórico, formação, dinâmica e contradições criam mecanismos para interpretar suas tendências e comportamento é um passo importante para construirmos o desenvolvimento que modifica as relações de trabalho, produção, técnicas e tecnologias empregadas.

Os desdobramentos dos modelos de produção que se desenvolveram no Brasil são fundamentais para analisar a persistência da pobreza nos territórios, sobretudo do caso em análise. O desenvolvimento do modelo de produção capitalista tem gerado a intensificação

de práticas antagônicas à Agricultura Familiar. Algumas destas são destacadas por Sencébé (2015):

- i. a apropriação de terras por estabelecimentos que preconizavam a exportação, visando exclusivamente o mercado internacional;
- ii. a apropriação de terras por empresas de capital estrangeiro;
- iii. problemas ecológicos, visando produzir mais, com cada vez menos recursos (água, terra, fertilizantes).

Estes problemas são transversais ao fenômeno da pobreza rural e exclusão dos Agricultores Familiares.

O estudo dos sistemas de produção subsidia a compreensão das consequências provocadas pelos modelos de produção implementados no Território do Recôncavo. Assim, como problema central, questiona-se como a degradação dos agroecossistemas relaciona-se aos sistemas de produção desenvolvidos pelos agricultores familiares da comunidade do Carpina. Estes aspectos se inscrevem dentro do tema da conformação dos Impérios Agroalimentares e a colonização da natureza.

A investigação buscou identificar as formas pelas quais o capital se apropria da mão-de-obra familiar e do território das comunidades rurais e entender as formas de territorialização das empresas fumageiras e agroalimentares, além de sua relação com a natureza.

2 DESENVOLVIMENTO

Em 1534, com a implantação das Capitâneas, marca-se o início da exploração portuguesa na agricultura do Brasil e, especificamente, no Recôncavo. Os modelos de produção expressam os conflitos de classe. O modelo agroexportador implementado no país pelos senhores de engenho, “*Plantation*”, baseava-se na exploração de mão de obra de indivíduos escravizados e monocultura da cana de açúcar na grande, média e pequena propriedades, a cana tendo sempre maior área plantada que as lavouras para alimentação humana. “A Plantação escravista colonial é uma organização econômica voltada para o mercado. Sua função primordial não consiste em promover o consumo imediato dos produtores, mas abastecer o mercado mundial” (Gorender, 2011, p. 121). Esse modelo é antagônico ao modelo de produção dos nativos do território brasileiro que reproduziam suas vidas com o extrativismo, pesca, caça e pequenas plantações para o consumo interno das aldeias. Segundo Horacio (2003, p. 103) “em economia natural, a atividade econômica

humana é denominada pela satisfação das necessidades de cada unidade de produção isolada - a qual é, ao mesmo tempo, uma unidade de consumo”.

A história do Brasil demonstra que as plantações de autoconsumo (subsistência) nas fazendas do Recôncavo, segundo Barickman (2003), eram conduzidas pelos indivíduos escravizados em pequenas áreas em horários extras ao trabalho na cana. Neste mesmo período, devido às crises por falta de alimentos para a população e escravizados, foram criadas leis obrigando os senhores de engenho a plantar 20 fileiras de mandioca para cada escravizado que estivesse em sua posse. A mandioca é uma das culturas mais consumidas no Recôncavo no período colonial, conhecida como pão da terra. Muitas dessas leis não se aplicaram na realidade devido à tamanha importância que os senhores davam à produção açucareira, fumo e café. Fugindo dessa regra, havia também propriedades de fumo denominadas auto suficientes, nas quais:

“O cultivo constante de fumo esgotava rapidamente a fertilidade do solo. Para evitar esse desgaste, os lavradores de fumo do Recôncavo não só adubavam seus terrenos como também alternavam o fumo com a mandioca e frequentemente também com feijão e o milho. Com isso, conseguiam em geral colher mandioca suficiente para alimentar suas famílias e seus escravos. Muitas vezes até produziam um excedente de farinha” (Barickman, 2003, p. 103).

A agricultura é uma atividade diversa com bastante variáveis que se reproduzem no campo brasileiro com uma diversidade de sistemas de produção, mas com uma predominância imposta pela modernização conservadora, um sistema de produção agrícola que constrói padrões agrários incompatíveis com a realidade dos(as) trabalhadores(as) excluindo-os(as) da construção do desenvolvimento e de modelos agrícolas que contribuam para o crescimento econômico, a democratização dos meios de produção (terra) e o desenvolvimento sustentável do agroecossistema, visando a emancipação dos(as) camponeses(as).

Os latifúndios improdutivos conduzidos pelo coronelismo no Brasil na década de 1960 sofrem transformações, deixando de ser uma grande fazenda improdutiva e se tornando uma empresa capitalista, absorvendo as propriedades de área menor. As empresas implantaram o sistema de produção conhecido como “*Revolução verde*”, que convenceu as autoridades brasileiras a adotar um pacote tecnológico no campo com sementes melhoradas, uso de maquinário pesado, adubo químico e agrotóxicos, com incentivos a financiamentos mediante a implementação deste pacote.

Esse sistema de produção não cumpriu o objetivo de alimentar a população humana, acarretando em uma maior concentração dos meios de produção, da renda e da degradação do agroecossistema. Os pequenos e médios produtores, devido à imposição de adequação a modernização conservadora e não conseguindo competir com as empresas capitalistas no mercado, ficaram endividados nos bancos e perderam suas terras. Essa modernização do campo só foi possível por conta da ditadura militar instalada no Brasil em 1964, aliada a burguesia estrangeira que financiou esses pacotes tecnológicos.

Na Bahia, segundo Leão (1987), de 1940 a 1970 a porcentagem da terra agrícola ocupada com lavouras reduziu de 30% para 21%, enquanto a porcentagem das pastagens aumentou de 70% para 79%. No Recôncavo o aumento dessas áreas ainda hoje reflete no sistema de produção, havendo grandes propriedades ocupadas por pastos sem vantagens socioeconômicas. Em 1970, a horticultura e mandioca encontravam-se enfraquecidas devido aos investimentos em nosso país serem direcionados aos sistemas de produção hegemônicos. Esse paradigma gerou, nas décadas de 70 e 80, um grande êxodo rural.

Para este autor (Leão, 1987), pequenas propriedades, não conseguindo competir no mercado, se integraram às grandes propriedades. Outras passaram pelo processo de minifundiarização que, segundo os dados do IBGE (2006), tem acelerado nas últimas décadas com a venda e divisão das pequenas propriedades pelos membros das famílias. A minifundiarização não é apenas identificada no Recôncavo da Bahia, mas em todo território nacional, como problema de responsabilidade do Estado brasileiro.

2.1 OS IMPÉRIOS AGROALIMENTARES E A CONSTRUÇÃO DA AGROECOLOGIA

Essa estrutura agrária necessita de mudanças profundas acerca do agroecossistema, com medidas que consigam promover uma transição agroecológica no intuito de reestruturar os minifúndios e, sobretudo, democratizar o acesso à terra repensando os latifúndios que não tem cumprido seu papel social. Se, por um lado, tem-se uma área reduzida, por outro tem-se uma grande extensão de terra subutilizada e degradada. Os sistemas alternativos aos modelos totalitários sempre estiveram no campo brasileiro ocupando pequenas áreas agrícolas, conduzidos pelas famílias camponesas que resistem a integrar-se ao sistema capitalista (apesar de haver, atualmente, quantidade elevada de unidades familiares integrando-se ao mercado capitalista).

Acerca das formas de territorialização hegemônica, faz-se referência às disputas entre empresas fumageiras e agroalimentares (do ramo avícola) por hegemonia, ou seja, no

Território do Recôncavo, elas disputam pelo domínio e influência. Assim, o processo de domínio e influência dessas empresas têm provocado a desterritorialização. Para Haesbaert (2007), o processo de desterritorialização se dá tanto simbolicamente, através da destruição de símbolos e marcos identitários históricos, quanto concretamente de modo material e político, através da destruição de antigas fronteiras e laços tanto políticos, quanto econômicos de integração.

Souza (2007, p. 78-79) traz uma abordagem de território fundamentalmente categorizado como “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Logo, para além das características geológicas e dos recursos naturais de uma área, o que produz e quem produz num dado espaço (ou, ainda, as ligações identitárias e afetivas entre o espaço e um grupo social), para o autor é “quem domina e influencia e como domina ou influencia estes espaços”. Isso vale para o sistema de integração vertical com as grandes empresas multinacionais, principalmente as do setor avícola que protagoniza a desterritorialização e tem se constituído como impérios agroalimentares no território, tornando os agricultores reféns devido à produção do espaço e as territorializações hegemônicas.

A produção agroecológica, diante deste cenário de degradação e contaminação da natureza e dos alimentos, vem ganhando importância em todo o país com a produção de alimentos saudáveis. A transição agroecológica tem ocorrido nas pequenas propriedades com protagonismo dos movimentos sociais do campo, que vem pautando as políticas públicas para construção da Agroecologia como modelo de produção para o campo brasileiro, visando a permanência da juventude no campo, inserção das mulheres na produção de alimentos saudáveis, sustentabilidade do agroecossistema e geração de renda para as famílias camponesas. “A Agroecologia é entendida como um enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis” (Caporal & Costabeber, 2004, p.11).

É dentro deste contexto que destaco a categoria sócio-política Agricultura Familiar (AF) como os porta-vozes das preocupações com as questões ambientais. Segundo Maluf (2010), em 1992 o protagonismo na elaboração do referencial internacional do desenvolvimento sustentável foi proveniente da AF aliada à sua crescente trajetória de institucionalização dessas preocupações e sua emergência nesta década enquanto categoria sociopolítica, reunindo um conjunto de organizações, movimentos sociais, instituições,

pesquisadores e gestores públicos, cujos esforços concentravam-se em diferenciar os modelos de agricultura presentes no campo brasileiro que apresentavam-se como contrapontos ao agronegócio empresarial.

Esse movimento de institucionalização da AF acontece em um período importante, pois foi nele que começou a desenvolver-se um novo regime alimentar imperial, baseado na lógica da regulação e do comércio livre, fazendo com que as formas de regulação existentes nas políticas agrárias de cada nação e continente fossem dissolvidas para dar espaço a novas formas de hierarquia vinculadas ao interesse dos grupos do agronegócio e dos aparelhos estatais. Assim, os mercados alimentares são globalizados e estão alinhados com formas globais de acumulação (Ploeg, 2008). A Integração vertical é definida aqui como relações contratuais entre produtores integrados e integradores, nas quais o agricultor que passa a produzir aves recebe todo o pacote da empresa e fica restrito a entregar a produção. Deste modo, não detém o controle do processo de produção, comercialização e agroindustrialização, que são controlados pela integradora, considerada aqui como império agroalimentar. Esse movimento no Recôncavo ocorreu, sobretudo, a partir dos anos 2000.

“[...] o império elimina o local transformando-o em um “não-lugar”. Em termos políticos-econômicos, a emergência do império é fortemente associada ao aumento súbito da mobilidade de maiores fluxos de capital por todo o globo (PLOEG p. 255). De acordo com Hardt e Negri apud Ploeg, 2008 o império” é um aparelho descentralizado e desterritorializado de governança que incorpora progressivamente todo domínio global dentro de suas fronteiras abertas e em expansão” (Hardt & Negri, 2000, p. xii apud Ploeg, 2008)

Os impérios estabelecem relações de expropriação e expansão com relações hierárquicas de governança, cuja expressão de poder é de “*controle sob os resultados*” (Colás, 2007, p.185 apud Ploeg, 2008, p. 264). Além de estimularem a monopolização, regulam quem deve ter acesso ao crédito e ao capital (disponibilizando-os somente para os que com ele trabalham e usam sua marca). Esses indivíduos devem obedecer a condições impostas pelo império e não tem controle das transações, pois há um controle no acesso à venda e uma distorção na ideia de mercado, pois é o império, o próprio mercado, que interliga-se cada vez mais ao Estado e dispõe de uma regulação de natureza econômica e política em sua estrutura. Os impérios alimentares não possuem e nem desenvolvem recursos próprios ou independentes. Eles se apropriam ou controlam os recursos de outros através de suas redes que estruturam o mundo social e natural via associação, seja de territórios, processos, recursos ou pessoas, e orientam a produção de riqueza para determinada direção.

Podemos citar a integração vertical presente na produção de aves para empresas como Sadia, Perdigão, Seara, etc.

Houve aumento massivo na escala de produção e expansão continuada dos impérios alimentares. Estamos diante de um cenário de expansão continuada de conquista da natureza, da vida, dos alimentos e da agricultura, pelos impérios alimentares, que tem afetado o padrão de consumo, a saúde, a qualidade e a identidade dos consumidores, sobretudo neste terceiro milênio (Ploeg, 2008).

2.2 CARACTERIZAÇÃO E TRAJETÓRIA DA COMUNIDADE DO CARPINA

De acordo com o último censo do IBGE de 2010, a população do município de Governador Mangabeira totalizava 19.818 pessoas, com cerca de 62,57 % desta população habitando na zona rural. No município citado, mais de 90% da sua população é negra e mais de 50% da população é beneficiária do programa Bolsa Família, demonstrando um grau elevado de vulnerabilidade socioeconômica. No Censo Agropecuário de 2006, o município de Governador Mangabeira apresentou o índice de Gini 0,708 da repartição fundiária (concentração fundiária alta).

A comunidade do Carpina em Governador Mangabeira - BA, localiza-se na zona 25 do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) da Bahia, que está entre as zonas de influência do semiárido (zona 24 do ZEE da Bahia) e as zonas litorâneas (zonas 26, 33, 36 do ZEE). É uma região historicamente especializada na produção de fumo e mandioca (Barickman, 2003). Segundo o mapa de zoneamento ecológico da Bahia, estão localizados na zona 25 maior ocupação das terras com pastagens, seguido de plantios de fumo, laranja, cana, banana, cacau, mandioca e citros, com poucas áreas de vegetação remanescente. Essa zona, se analisarmos, é o espaço no qual o processo de minifundiarização se aprofundou, como mostram os dados estatísticos do Geografar, nos quais o município de Governador Mangabeira - BA, no ano 1970, tinha 42% dos estabelecimentos com áreas menores que dois hectares. Já no ano de 2006, 77% dos estabelecimentos estão ocupando áreas de menos de 2 hectares, demonstrando a intensidade do processo de minifundiarização nas últimas décadas.

A comunidade do Carpina é originária da Fazenda Carapina que pertencia ao município de Muritiba – BA. No final da década de 50, indivíduos negros da região venderam sua força de trabalho para os grandes fazendeiros como forma de adquirir capital para sua sobrevivência e para comprar terras. Assim, a composição da comunidade se deu pela compra de terras da Fazenda Carapina, na ocasião pertencente a oito herdeiros. Tais

sujeitos venderam partes de sua propriedade a trabalhadores rurais da região. Estes viam a terra como espaço de reprodução e manutenção da vida através das atividades agrícolas de subsistência e geração de renda familiar.

De acordo com os relatos extraídos das entrevistas e visitas à comunidade, o processo de evolução agrária não é diferente das outras comunidades do Recôncavo, pois os estabelecimentos rurais estão alocados em áreas que compreendem entre 1,5 a 7,0 hectares de terra. Segundo os comunitários, os agricultores com áreas abaixo de 10 hectares não têm tido incentivos e políticas públicas adequadas para desenvolver um agroecossistema que produza alimentos saudáveis ou gere renda e sustentabilidade para a propriedade.

As atividades agrícolas desenvolvidas pelos(as) agricultores(as) da comunidade são agricultura de subsistência, pequenas criações, fumo e mandioca, sendo o cultivo fumo a maior expressividade econômica, pois esta região do Recôncavo - da “Mata Fina” - tem potencial para a produção de fumo de qualidade devido ao clima e ao solo. A cultura do fumo e da cana-de-açúcar tem sido cultivada nesta região desde a colonização como produtos voltados para a exportação, tendo seus momentos de lucros e de crises.

3 METODOLOGIA

O trabalho foi desenvolvido na comunidade do Carpina, localizada no município de Governador Mangabeira, inserido no Território do Recôncavo, no estado da Bahia - Brasil. A comunidade é composta por 114 famílias que possuem propriedades abaixo de 10 hectares (entre 1,5 de 7 hectares), tendo como culturas principais mandioca, citros e fumo.

A pesquisa foi de natureza quanti-qualitativa e para a análise em questão realizou-se um recorte temporal de 1950 a 2015. O método utilizado foi a observação participante. Como instrumentos de coleta de dados foram utilizadas entrevistas semiestruturadas e abertas em profundidade, por ser um:

“[...] procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreocupada e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada”. (Mynaio, 1990, p. 28)

As entrevistas foram realizadas com 18 famílias, sendo 4 destas lideranças comunitárias da localidade, entre março de 2015 e dezembro de 2016, e em seguida ao longo de dois meses em 2017. Como fonte complementar de dados foram utilizadas as fontes documentais, bibliográficas e o censo agropecuário de 2006.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**4.1 EVOLUÇÃO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS: FASES HISTÓRICAS DA AGRICULTURA DA COMUNIDADE DO CARPINA, NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR MANGABEIRA-BA**

A cronologia abaixo demonstra o histórico da agricultura do Carpina de 1960 a 2015 e sua evolução através da agricultura de subsistência, pequenas criações e culturas para geração de renda. A agricultura da comunidade não é um caso isolado, este cenário se expressa de modo parecido em outras localidades do Recôncavo a partir dos dados do IBGE (2006) analisados na região.

4.1.1 *Década de 1950 a 1960: ocupação por agricultores familiares*

Durante os anos de 1960 o fumo foi a cultura principal com maior fonte de renda, acompanhado da mandioca e da agricultura de subsistência. Ainda assim, os agricultores vendiam sua mão de obra e arrendavam terras nas propriedades vizinhas como forma de garantir uma renda complementar. Portanto, durante esta época a renda complementar era de origem agrícola, assim como a renda principal.

4.1.2 *Década de 1970 e 1980: migração definitiva e crise do fumo*

Neste período muitos comunitários migraram para os grandes centros urbanos com perspectivas de uma vida melhor. Durante a década de 1970 a população era crescente e migração definitiva para os centros urbanos em busca de oportunidades de emprego, houve maior utilização de fertilizantes químicos nas áreas, tendo como resposta uma maior produtividade agrícola, pois o agroecossistema estava em boas condições. As adubações químicas fornecidas pelas empresas de fumo eram utilizadas em todas as culturas ou aproveitadas com o sistema de rotação de cultura, aumentando a produtividade agrícola do conjunto do sistema de cultivo.

Ao longo da década de 1980 a população se manteve estável, e a migração permaneceu, fato marcante nesta década é a decadência do fumo, os produtores tiveram menor acesso à adubação química, afetando a produtividade por conta da dependência do agroecossistema de fertilizantes químicos. Neste mesmo período, a mandioca se tornou a cultura principal, sendo beneficiada gerando valor agregado.

A crise das empresas de fumo no Recôncavo da Bahia fez a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola - EBDA construir alternativas para substituir a mesma, tendo

como primeira tentativa incentivar o financiamento da atividade pecuária, que não atingiu os agricultores já citados e nem teve êxito o suficiente para convencer os produtores da região a desenvolver a atividade, sendo que os maiores proprietários desenvolveram o gado e os menores não conseguiram por conta de suas limitações de recursos e pelo tamanho da propriedade. A segunda alternativa, a cultura da laranja, em um primeiro momento foi difundida entre os agricultores mais capitalizados e teve, finalmente, como protagonista a Agricultura Familiar (AF), o que não era planejado pela EBDA. Já os minifundiários compraram propriedades com a cultura da laranja já implantada ou plantaram a mesma em pequenas áreas, dando diversidade à agricultura da comunidade com três culturas principais (mandioca, fumo e laranja).

4.1.3 *Década de 1990: laranja na agricultura familiar e crise da mandioca*

A década de 1990 é marcada pela difusão da produção de laranja nas áreas dos agricultores familiares e pelos altos preços da farinha de mandioca, tendo maior rentabilidade acompanhada da laranja, no entanto começa o ato de venda da raiz de mandioca sem o beneficiamento, mesmo se as casas de farinha continuam funcionando. Ainda assim, não foi gerada renda suficiente para os agricultores se manterem apenas com as atividades agrícolas. Portanto, os produtores buscaram como alternativa a venda da mão de obra para propriedades rurais e empregos nas cidades vizinhas.

As problemáticas geradas pelo contexto agrário, agrícola e econômico, aliadas ao crescimento das famílias, teve como resultado a migração de comunitários para os grandes centros urbanos no final da década à procura de melhores condições de vida e trabalho, sendo que os principais atingidos pela migração foram os jovens.

4.1.4 *Anos 2000: minifundiarização, degradação ambiental*

Os anos de 2000 a 2015 foram marcados pela decadência das casas de farinha, interrompendo o beneficiamento da mandioca. Os agricultores passaram a vender a raiz de mandioca por tonelada a um custo que varia, nos dias atuais, entre 150 e 200 reais a tonelada, valores estes que não pagam os custos de produção, tornando a atividade agrícola neste molde é inviável. Aliado a este cenário, a laranja está com dificuldades de comercialização e o fumo com uma produtividade física e preços baixos. Ainda por cima, muitos agricultores dependem dos armazéns de fumo, pois eles monopolizam a comercialização e o fornecimento de insumos. Uma das falas dos comunitários é “*Quem*

planta fumo é escravo dos armazéns”. As empresas de fumo nesta região têm sua história marcada pela exploração dos agricultores do Recôncavo através das relações de dependência dos agricultores aos armazéns, com o fornecimento de fertilizantes químicos no sistema de integração vertical.

Durante os anos 2000 a Associação adquiriu um trator, facilitando a mão de obra (que se mantém familiar até os dias atuais). Houve crescimento significativo da população e muitas famílias retornaram dos grandes centros para a comunidade tendo oportunidades de emprego extra-agrícola nas cidades vizinhas e melhores condições de vida por conta do crescimento econômico que o Brasil estava passando. Os comunitários relataram que os programas do governo federal contribuíram com a permanência no campo e crescimento populacional. Uma das falas dos comunitários é *“Carpina vem ser Carpina agora”*. Esta frase compreende a proporção que a comunidade tomou nos últimos anos.

O ano de 2014 é marcado pela minifundiarização, fruto da repartição da terra pelos herdeiros das propriedades, ocorrida nas décadas anteriores. Além disso, houve a decadência da cultura da laranja com dificuldades de comercialização, a mandioca manteve preços baixos da tonelada de raiz, as casas de farinha pararam de funcionar e o fumo ficou sem rentabilidade, mas com uma agricultura de subsistência cumprindo um papel importante na alimentação das famílias. Durante este ano a maior fonte de renda das famílias da comunidade não veio da agricultura, mas sim de empregos extra-agrícolas, aposentadorias e programas sociais do governo. Uma vez que acabar esses programas ou diminuirmos as atividades econômicas na região, esta comunidade será afetada diretamente com problemas socioeconômicos e saída do homem do campo com perspectiva de uma vida melhor na cidade, sendo que os principais a serem atingidos com o êxodo rural serão os jovens, as meninas em maior proporção, pois nos dias atuais não tem ocupado sua força de trabalho nas atividades agrícolas.

O aumento da violência na zona rural do Território do Recôncavo é uma das preocupações que refletem na permanência das famílias no campo e afligem a comunidade do Carpina, pois a violência neste espaço tem atingido os jovens, colocando toda a população em condições vulneráveis. Este aumento na falta de segurança pública tem fortes relações com a concentração dos meios de produção (terra), aliada à falta de políticas públicas de reparação racial à população negra, que foi excluída da participação política e econômica, além da negação dos seus direitos enquanto cidadãos brasileiros.

5 CONCLUSÃO

O sistema de produção adotado pelos(as) agricultores(as) da comunidade do Carpina está em crise devido à degradação do agroecossistema por conta do uso de adubação química, agrotóxicos, desmatamento e falta de acompanhamento técnico no manejo da produção. A superutilização das áreas de produção agrícola, principalmente com a cultura do fumo e com o uso intensivo do solo com agroquímicos desde a década de 1960, é um dos fatores que influenciam a baixa produtividade.

A concentração fundiária no Recôncavo é uma problemática que afeta o sistema de produção devido ao tamanho reduzido das áreas de produção agrícola (minifúndios), impondo limites ao equilíbrio do agroecossistema e promovendo desmatamento das áreas de preservação para aumento das lavouras.

A subordinação dos(as) agricultores(as) do Carpina às empresas de fumo no sistema de integração vertical conduz os(as) mesmos(as) a adotarem um sistema de produção convencional (pacote tecnológico), com o fornecimento de sementes, adubos e agrotóxicos e a venda dos seus produtos para essas empresas a valores que, por muitas vezes, não pagam os custos de produção, gerando endividamento.

A superação dessa crise do sistema de produção passa pela reestruturação fundiária e pelo investimento em políticas públicas adequadas à realidade, capazes, por exemplo, de garantir que os agricultores familiares consigam realizar a transição agroecológica, produzindo alimentos saudáveis e gerando o equilíbrio do agroecossistema.

Deste modo, o Estado pode cumprir um papel importante na transição agroecológica através do incentivo com financiamentos ao crédito rural para o desenvolvimento deste sistema. A agroecologia requer investimento e mão de obra qualificados para trabalhar as dimensões ecológicas, econômicas, sociais e culturais, visando minimização dos impactos à natureza. Para tal mudança ocorrer, é necessário uma reestruturação da estrutura fundiária, com políticas agrárias que tornem possível a condução da agricultura para a sustentabilidade das propriedades agrícolas.

A dificuldade de geração de renda com as atividades agrícolas levou os agricultores a buscar estratégias de renda nas cidades vizinhas, a ponto da sua renda principal no ano de 2014 ser de empregos extra agrícolas. A problemática da comercialização enfrentada pelos comunitários contribui e aprofunda essa crise agrícola que causa êxodo rural e violência, atingindo principalmente a juventude.

REFERÊNCIAS

- Araújo, A. O. (2010). *Dinâmica Territorial do Recôncavo Baiano: Espacialidade e Temporalidade*. Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. Porto Alegre - RS. Bahia. (2013). *Proposta preliminar de Zoneamento Ecológico Econômico*. Salvador: Consórcio Geohidro, Sondotécnica, Secretaria do Planejamento, Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia.
- Brasil. (2016). *LEI Nº 13.288, DE 16 DE MAIO DE 2016*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2016/lei-13288-16-maio-2016-783112-publicacaooriginal-150385-pl.html>>. Acesso em 10 de outubro de 2018.
- Barickman, B. J.(2003). *Um Contraponto Baiano, Açúcar, Fumo, Mandioca e Escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Apresentação de João Reis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 445 pp.
- Brito, C. de C. da T. (2004). *A Petrobrás e a Gestão do Território no Recôncavo Baiano*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Tese (Doutorado).
- Caporal C. R, & Costabeber A. J. (2004). *Agroecologia: alguns conceitos e princípios*. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 24 p.
- Cardim, S. E. C., Vieira, P. T. L., & Viegas, J. L. R. (2002). *Análise da Estrutura Fundiária Brasileira*. Disponível em http://www.incra.gov.br/media/reforma_agraria/analise_de_estrutura_fundiaria_brasileira.pdf.
- Carvalho, H. M. de A. (2014) *Chayanov e o campesinato*. 1. ed. São Paulo - SP: Expressão Popular, 304 p.
- Dufumier, M. (2010) *Projetos de desenvolvimento agrícola. Manual para especialistas*. Tradução Vitor de Athayde Couto. 2a ed. Salvador: Edufba.
- Germani, G. (2010) Questão agrária e movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia. In: COELHO NETO, A. S.; SANTOS, E. M. C. e SILVA, O. A. (Org.). *(GEO)grafias dos movimentos sociais*. Feira de Santana (BA): UEFS Editora, 2010, p. 269-304.
- Gorender, J. (2010). *O Escravidão Colonial*. 4a ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 650 p.

- Haesbaert, R. (2007). *Desterritorialização : entre as redes e os aglomerados de exclusão*. In: Geografia: Conceitos e Temas. Iná Elias de Castro, Paulo César da Costa Gomes & Roberto Lobato Corrêa (Org.). 10a ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. p. 165-206.
- Leão, S. O. (1987). *Evolução dos padrões de uso do solo agrícola na Bahia*. Tradução Sônia de Oliveira Leão; Roberto Aichinger. Recife: SUDENE.
- Maluf, R. S. (2013) *Políticas de desenvolvimento territorial e enfrentamento da pobreza rural no Brasil* / Carlos Miranda e Breno Tiburcio (Org.) -- Brasília: IICA, (Série desenvolvimento rural sustentável; v. 19).
- Minayo, M. C. de S. (1990) *Pesquisa Social: teoria método e criatividade*. Ed. Vozes. 14a ed. 80p.
- Ploeg, J. D. van der. (2008). *Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre. UFRGS, 1ª ed. 317 p.
- Sablayrolles, P. J., & Santos. S. J.(2016). *A questão agrária no Recôncavo da Bahia*. Cruz das Almas, no prelo.
- Sencébé, Y. (2015). *Desenvolvimento rural e ordenamento fundiário, perspectiva e desafios contemporâneos*. In: Ademir Antônio Cazella et al., (Org.). *Governança da Terra e sustentabilidade experiências internacionais de políticas públicas em zonas rurais*. Blumenau: Nova Letra, p.25-54.
- Souza, M. J. L. de. (2007). *O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*. In: Geografia: Conceitos e Temas. Iná Elias de Castro, Paulo César da Costa Gomes & Roberto Lobato Corrêa (Org.). 10 ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. p. 77-116.
- Stedile, J. P. (2011). *A questão agrária no brasil: O debate tradicional 1500-1960*, 2ª ed. São Paulo, SP: Expressão Popular, 304 p.